

FOLHA METALÚRGICA



www.stimepa.org.br
facebook.com/stimepars
twitter.com/stimepa

Abril / 2016 - Nº 319

Sindicato Solidário

CUIDADO! **CLASSE PATRONAL QUER FAZER A GENTE DE PATO**

Por trás de uma milionária campanha publicitária que reivindica a não aprovação da volta da CPMF, intitulada “Chega de Pagar o Pato”, patrões que dirigem a Fiesp e outras entidades patronais reforçam o golpismo, o ataque à nossa Constituição Federal.

Se somaram aos grandes meios de comunicação e outros setores da elite para lutar pelo afastamento da presidenta eleita democraticamente há menos de um ano e meio atrás, que luta para fazer com que nosso país saia desta crise que é mundial e volte

a crescer, pessoa sobre a qual objetivamente não pesa nenhum crime de corrupção, nenhum crime verdadeiro de responsabilidade.

O objetivo da patrãozada é claro: fragilizar os partidos e políticos de esquerda e ficar com o terreno livre para aprovar uma série de projetos que podem representar o maior retrocesso da história nos programas e direitos sociais e trabalhistas conquistados nos últimos anos no Brasil.

Na verdade, querem fazer de patos os milhões de trabalhadores e trabalhadoras de nosso país, na medida em que, num primeiro momento, buscam o apoio deles pra depois ferir com eles.

Se você quer ser pato ou pata, apoie os patrões e seus projetos. Se não quer, lute com a gente. Vamos impedir que o golpismo aconteça. Vamos lutar para que o estado democrático de direito prevaleça.

Leia mais na página 2



Assembleia Geral Extraordinária

Dos trabalhadores/as metalúrgicos de Porto Alegre e Região

Dia 19/04/2016, terça-feira, às 18h30min (primeira chamada) e às 19h (segunda chamada), na sede do Sindicato (Rua Francisco Trein, nº 116 - Bairro Cristo Redentor - Porto Alegre/RS)

Pauta: CAMPANHA SALARIAL 2016

1 - Definição da pauta de reivindicações para a Convenção Coletiva de Trabalho

2 - Encaminhamentos e assuntos gerais



NÃO SE ENGANE

ESTÃO QUERENDO FAZER DE PATOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

A classe patronal brasileira - especialmente os patrões encastelados na maior federação dos patrões, a Fiesp - intensificou nas últimas semanas a campanha "Chega de Pagar o Pato", criada no ano passado para supostamente combater o "aumento de impostos" proposto pelo governo federal.

Com o dinheiro do Sistema S, recursos públicos que deveriam ser investidos na formação da classe trabalhadora, a Fiesp mandou confeccionar e distribuir patos gigantes de plástico em várias capitais, especialmente em Brasília e São Paulo, centros político e financeiro do país, para protestar contra a volta da CPMF e, de lambuja, desgastar um pouco mais o governo Dilma com o argumento de que a presidenta é responsável pela retração da economia, pela corrupção e tudo de ruim que hoje acontece no país.

Não se engane! Se os patrões quisessem de fato protestar contra o aumento de impostos teriam feito fortes mobilizações em relação aos recentes aumentos do ICMS enfiados goela a baixo por Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e José Ivo Sartori (PMDB-RS), entre outros governos, por exemplo. Não deram um pio sequer.

Não se engane! Se os patrões quisessem de fato protestar contra a corrupção, fariam campanha pra afastar e prender os empresários envolvidos nos outros numerosos casos de corrupção pouco divulgados pela grande mídia porque envolvem empresas e pessoas "graúdas", como:



> o **Suíçalão**, escândalo de sonegação que envolve 100 mil contas bancárias ilegais (8.667 contas de brasileiros ricos), que movimentaram no HSBC da Suíça mais de US\$ 100 bilhões;

> a **Operação Zelotes**, esquema que causou o sumiço de débitos tributários, uma forma de desfalcocar os cofres públicos, envolvendo bancos e grandes empresas, como as gaúchas RBS e Gerdau;

> o **"Panamá Papers"**, escândalo recentemente denunciado pelo Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo, que expõe centenas de empresários e políticos de pelo menos sete partidos (PDT, PMDB, PP, PSB, PSD, PSDB e PTB), que possuem contas em empresas offshores no exterior abertas pela companhia panamenha Mossack Fonseca, especializada em camuflar ativos usando companhias sediadas em paraísos fiscais.

Não se engane! Se a Fiesp e outras entidades patronais aderiram escancaradamente ao golpe, pregando o impeachment de Dilma sem ela ter cometido nenhum ato de corrupção ou concreto crime de responsabilidade, é porque estão interessadas não apenas em evitar a aprovação de 0,2% da CPMF, mas levar à frente o plano de retirar ou flexibilizar inúmeros direitos trabalhistas e sociais. Com Dilma fora da presidência, os patrões e os deputados e senadores que foram eleitos por meio do financiamento

empresarial de campanha estariam com o caminho livre para aprovar sem veto presidencial os 55 projetos que hoje atentam contra a classe trabalhadora no Congresso Nacional. Entre estes projetos estão uma reforma trabalhista pra aniquilar com a CLT, a venda da Petrobras e outras estatais, a liberação do Pré-sal para a exploração das grandes petroleiras internacionais e a retirada de recursos previstos para a educação e saúde. Não é à toa que o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, conclamou na maior cara-de-pau que todos os líderes empresariais atuem junto às bancadas de deputados federais e senadores para dar celeridade ao processo de impeachment.

Não se engane! Eles querem que a classe trabalhadora pague ainda mais o pato. Quem mais paga imposto no Brasil é o pobre e quem vai mais sofrer com a retirada de direitos é a classe trabalhadora. Os empresários não suportam os governos populares porque estes combatem de fato a corrupção, basta ver os mecanismos que foram criados nos últimos anos para a Polícia Federal e o Ministério Público atuarem com liberdade e o número de empresários denunciados e presos. Eles querem é ficar cada vez mais ricos e poderosos, querem voltar ao tempo em que pobre não podia ter emprego e moradia dignas, não podia ter benefícios sociais e crédito para montar seu próprio negócio, enfim, ter um carro na garagem, viajar de avião nas férias e ter um filho estudando em universidade pública.



INFORME DA FEDERAÇÃO DOS METALÚRGICOS DO RS

Por que precisamos defender a democracia?

A democracia é o bem mais precioso de um povo. Ela garante a liberdade de escolha do indivíduo e espaço para que o cidadão possa lutar e conquistar direitos.

Democracia opõe-se à ditadura e ao

totalitarismo, onde o poder reside numa elite auto-eleita. Em governos autoritários há a supressão de direitos essenciais em prol de interesses de poucos. Nestes tipos de governos não há ganhos, só derrotas.

Por que o impeachment ameaça a democracia?

Porque é uma ferramenta jurídica, prevista na Constituição, que está sendo usada de forma deturpada, com interesses exclusivamente políticos.

Pela lei, para ocorrer o impeachment, é preciso haver crime de responsabilidade fiscal. Não houve crime. As “pedaladas fiscais” significam que Dilma colocou dinheiro da Caixa Econômica Federal (banco público) em programas sociais, para conseguir fechar as contas e, dias depois, devolveu esse dinheiro à Caixa. Não obteve nenhum benefício e isso não é um ato de corrupção. O mesmo expediente foi utilizado por Lula e FHC, e ainda é utilizado pela maioria dos atuais governadores e prefeitos.

Todo o processo está errado. Além de não ter

motivo jurídico para o impedimento de Dilma Rousseff, não podemos aceitar que um político, réu por ocultação de bens e corrupção, como o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, seja o responsável por aceitar o pedido de impeachment e liderar um golpe em mais da metade dos brasileiros que elegeram com seu voto a presidente do País. Também é incompreensível que a maioria dos deputados que formam a comissão do impeachment respondam processos na Justiça.

não vai ter GOLPE

Quais os interesses com o impeachment?

Afinal, quais os interesses com o impeachment, se foi o governo Dilma quem deu autonomia para que, pela primeira vez no Brasil, a corrupção fosse investigada a fundo e os culpados, sem interessar quem seja, fossem punidos? O que de fato incomoda muita gente? Seriam as políticas que promoveram a

diminuição da desigualdade nos últimos 12 anos?

Por que grandes federações patronais, partidos de oposição e a grande mídia têm interesse que assuma um novo governo? E, por que está na pauta dos golpistas a retirada de direitos sociais e trabalhistas?

Trabalhadores exigem mudanças já!

O Rio Grande do Sul tem um dos custos de vida mais altos do Brasil devido ao aumento na alíquota do ICMS. O atual governo do Estado preferiu buscar a solução mais fácil para aumentar a arrecadação, sem considerar o impacto na mesa do povo gaúcho. Exigimos que o imposto

seja reduzido e que soluções realmente viáveis sejam encontradas.

Em âmbito federal, a política econômica precisa mudar. A redução dos juros e estímulo para a manutenção do emprego e renda são essenciais para a retomada do crescimento.

Salários, contratos de trabalho e direitos estão ameaçados?

Sim, uma série de propostas de retrocesso e retirada de direitos estão em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. São 55 projetos que atacam conquistas da classe trabalhadora sob várias frentes e que deixam os trabalhadores em situação de total vulnerabilidade perante os patrões. Conheça alguns deles:

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O PLC 030 impõe a terceirização sem limites. Caso aprovado, vai permitir a contratação terceirizada de qualquer atividade e em caráter permanente. Além de precarizar ainda mais o trabalho, direitos como férias, descanso semanal, 13º salário, aposentadoria e direitos rescisórios podem desaparecer

DESTROÇAR A CLT

O PL 1463/2011, que estabelece o Código do Trabalho, pretende revogar diversas leis trabalhistas e boa parte da CLT, como as regras relativas a férias, fixação do salário e proteção da maternidade.

FIM DA REPRESENTAÇÃO

Uma das maneiras arquitetadas para o sucesso do Código do Trabalho é o PL 8294/2014 que prevê a livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador, sem a participação do sindicato.

LEI PERDE FORÇA

Com isso, sem a atuação dos sindicatos nas negociações, os empresários pretendem alterar uma outra lei através do PL 4193/2012, estabelecendo que convenções ou acordos coletivos de trabalho devem prevalecer sobre a legislação trabalhista.

CONTRATO SUSPENSO E ARROCHO

Isso abre caminho para a validação do PL 1875/2015, que permite a suspensão de contrato de trabalho por até cinco meses em caso de crise econômico-financeira da empresa. Durante a suspensão o empregado receberá apenas o que o empregador voluntariamente conceder.

SEM PROCESSO NA JUSTIÇA

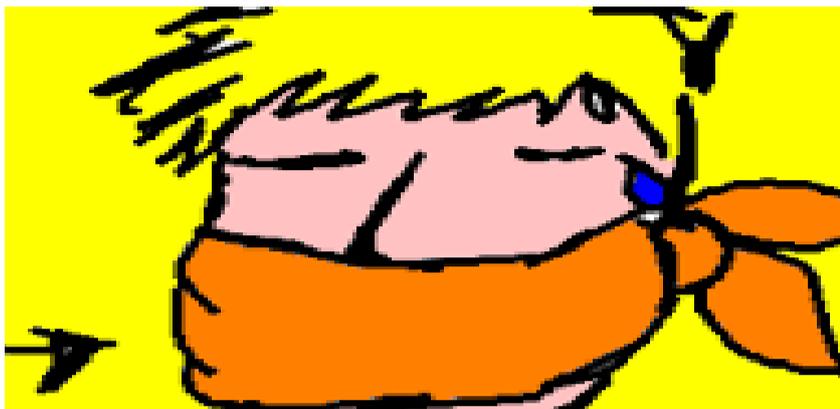
A total desregulamentação das relações trabalhistas culmina com os PLs 948/2011 e 7549/2014 que impedem que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho qualquer direito trabalhista que não tenha sido expressamente ressaltado no momento de sua rescisão contratual.

Esses são apenas alguns dos projetos bons para os patrões e desastrosos para a classe trabalhadora que tramitam no Congresso Nacional.

Giro de Fábricas

GKN

Trabalhador amordaçado e trabalhadora reintegrada



Em seu site, a GKN diz que seus funcionários são incentivados a atingir o seu potencial máximo. A empresa fala em trabalho em equipe, diz que valoriza a diversidade e que tem comprometimento com uma cultura de integridade, livre de discriminações, blábláblá, blábláblá...

Infelizmente, o discurso não condiz com a prática. Tanto que, recentemente, um trabalhador do Setor de Monobloco colocou uma mordaca sobre a boca para protestar contra a ordem imposta por um supervisor de que ele e demais operadores do setor não mais poderiam conversar. E mais: para se ausentar do setor, como ir ao banheiro, por exemplo, deveria pedir autorização do supervisor. Questionado, o RH da empresa resolveu minimizar o episódio jogando a culpa no trabalhador, dizendo que ele “interpretou errado” a orientação do supervisor e disse que o protesto era exagerado. “Vamos ficar atentos e rejeitar a ‘lei da mordaca’ aqui na empresa”, disse o dirigente sindical Adriano Gabiru.

Outro caso envolve uma trabalhadora da cota PCD (pessoas com deficiência) que foi demitida em janeiro, logo após o retorno de suas férias. Ela possuía uma doença crônica no ombro (rompimento do tendão), adquirida no trabalho. Como faltava pouco para sua aposentadoria, ela – pensando na empresa – resolveu suportar a dor e trabalhar normalmente. Na demissão, ficou sem o plano de saúde e sua doença não foi diagnosticada no exame demissional. Como iria conseguir outro emprego com a doença e nesta conjuntura adversa, faltando poucos meses para se aposentar? Foi orientada a procurar o setor de Medicina do Trabalho do sindicato, onde foi examinada e orientada e conseguiu um laudo atestando a doença. Posteriormente foi encaminhada ao INSS, sendo incluída no benefício previdenciário código 91 (auxílio doença acidentário). Assim, não restou outra alternativa para a empresa que não fosse a obrigação de reintegrá-la ao quadro de funcionários.

DHB

Trabalhadores/as realizam assembleia para esclarecer processo de Recuperação Judicial

Os trabalhadores e trabalhadoras da DHB realizaram na manhã do dia 5 de abril uma assembleia junto ao portão da empresa para avaliar e esclarecer o processo de Recuperação Judicial da empresa. Os companheiros e companheiras da fábrica estão muito preocupados com o futuro de seus empregos e com seus direitos. A fábrica vem atrasando salários há mais de um ano e os funcionários que ainda estão no quadro enfrentam inúmeras dificuldades para sustentar suas famílias.

A empresa deve propor no plano de recuperação o pagamento dos atrasados em 6

meses e parcelamento das indenizações para os trabalhadores que tem ação trabalhista contra ela. O sindicato vem acompanhando a situação e colocando seu departamento jurídico à disposição de todos.

“Não queremos que a empresa feche e cause mais desempregos, mas temos que ser realistas: se não entrar dinheiro, o plano de recuperação estará inviabilizado. Se a empresa falir, vamos continuar lutando para que todos os trabalhadores e trabalhadoras recebam integralmente os seus direitos rescisórios”, disse o presidente do sindicato, Lírio Segalla.



Vem aí a 5ª Copa Stimepa de Futebol Sete

Atenção! O Sindicato dos Metalúrgicos vai promover possivelmente na segunda quinzena de junho a já tradicional Copa de Futebol Sete. A equipe de organização já está elaborando o regulamento e buscando as melhores instalações em Porto Alegre para realizar a competição. “Acredito que, em maio, vamos abrir as inscrições

das equipes por fábricas. Nas quatro edições já realizadas, o torneio foi um sucesso”, lembrou Rogério Cidade, diretor de Cultura e Lazer da entidade.

Organize sua equipe. Invista na integração e no lazer de seus companheiros de trabalho.

Viver Coometal (Colinas do Sul) CONVOCA

Reunião Geral no dia 19/04/2016, terça-feira às 19h, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, na Rua Francisco Trein, nº 116, Cristo Redentor, Porto Alegre - RS.

Pauta: **Esclarecimento e informações sobre o projeto**

Contamos com a presença de todos!

Folha Metalúrgica
Jornal do Sindicato
dos Metalúrgicos
de Porto Alegre



Sede: Rua Francisco Trein, nº 116 - Bairro Cristo Redentor
Fones: 3341.1900 e 3371.9000 - Fax: 3362.3735
Subsede Guaíba: Rua 20 de Setembro, nº 623 - Fone: 3480.1676
Site: www.stimepa.org.br / E-mail: imprensa@stimepa.org.br

Presidente: Lírio Segalla Martins Rosa
Diretor responsável: Rudinei Fernandes
Jornalista: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. nº 8658)
Assistente de Jornalismo: Sarah Lima
Impressão: Editora VT Propaganda (51) 3232.9739